



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

182

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0189274-15.2012.8.17.0001 (0304034-8)

Recorrente: AMERRPE – Associação dos Militares Estaduais da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas PM/BM do Estado de Pernambuco

Recorrido: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. DECLARAÇÃO EM ABSTRATO DA CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO nº 37.355/2011 MEDIANTE AÇÃO ORDINÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO TERMINATIVA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

- Trata-se de Recurso de Agravo, com pedido de reconsideração, interposto pela AMERRPE – Associação dos Militares Estaduais da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas PM/BM do Estado de Pernambuco em face de decisão terminativa (fls. 156/158) desta Relatoria, que negou seguimento ao recurso de apelação, sob o fundamento de que a pretensão da parte autora revestia-se de caráter de controle abstrato de inconstitucionalidade, o que é incabível via ação ordinária.

- Em síntese, alega a recorrente (fls. 162/174), que, no caso em análise, busca a realização de controle incidental de inconstitucionalidade, sendo este exercido por qualquer órgão do Poder Judiciário. Assim, afirma ser possível realizar a apreciação de inconstitucionalidade do Decreto Estadual nº 37.355/2011, em sua redação dada pelo Decreto Estadual nº 38.462/2012, pois afronta a liberdade de associação prevista no art. 5º da Constituição Federal, principalmente em relação à vedação de dissolução ou suspensão das atividades associativas sem manifestação do Poder Judiciário.

- O presente Recurso de Agravo não merece ser provido, pois os argumentos trazidos pelo agravante são insuficientes para modificar a decisão agravada, a qual dever ser mantida, senão vejamos (fls. 156/158):

"- A questão ora em análise restringe-se a saber se, no caso dos autos, a pretensão da associação apelante, consoante sua petição inicial, busca efetuar espécie de controle concreto ou abstrato de constitucionalidade, este último que seria restrito às ações constitucionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal, tendo como parâmetro a Constituição Federal, ou do Tribunal de Justiça, quando o parâmetro tiver como fundamento a Constituição Estadual.

- Como se sabe, o controle abstrato, concentrado ou por via de ação, é aquele no qual o requerente questiona a validade, em tese, de um determinado ato normativo, o qual reputa incompatível com a ordem jurídico-constitucional, constituindo-se em meio hábil a avaliar a compatibilidade abstrata de normas infraconstitucionais com a Lei Maior. Nessas hipóteses, não há qualquer fato concreto a ser analisado pelo Órgão Julgador, o qual fica adstrito à validade, em tese, da norma jurídica impugnada, sendo a compatibilidade da norma com a Constituição o pedido principal de ações dessa natureza.

- No controle difuso, concreto ou por via de exceção, o qual pode ser exercido por qualquer juiz ou tribunal, a constitucionalidade de determinada norma é apreciada à luz do caso concreto, isto é, a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de certo ato normativo é apreciada como prejudicial ao próprio direito alegado pelo autor, sendo a compatibilidade do ato questionado com a Constituição decida *incidenter tantum* e não como questão principal. Em tal caso, o questionamento acerca da compatibilidade da norma impugnada com a Lei Maior pressupõe a existência de uma lide concreta que deva ser decidida pelo Poder Judiciário, o qual, em prejudicial de julgamento, deve avaliar a constitucionalidade de um ato normativo.

(...)

- No caso dos autos, entendo que a pretensão do apelante, em sua petição inicial, consiste, em verdade, na tentativa de questionar, abstratamente, a compatibilidade do art. 17, parágrafo único, inciso I, do Decreto Estadual nº 37.355/2011, em sua redação dada pelo Decreto Estadual nº 38.462/2012, por ofensa ao art. 5º, incisos XVII e XVIII, da Constituição Federal, tratando-se de pretensão que mais se assemelha ao controle abstrato de constitucionalidade.

- Isso porque, como já salientado, o controle difuso pressupõe um caso concreto a ser decidido pelo Poder Judiciário, o que não acontece no caso autos, uma vez que o apelante em nenhum



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

momento narrou alguma violação a direito da associação decorrente da aplicação do Decreto atacado, apenas questionando a edição do ato pelo Estado de Pernambuco, sendo essa a única premissa fática narrada na inicial.

- Tanto é assim que em seus pedidos finais efetuados na inicial a associação autora requer a procedência do pedido para "tornar, em definitivo, sem qualquer efeito jurídico, o disposto no Decreto Estadual nº 38.462, de 30.07.2012, que alterou os Decretos nºs 37.355 e nº 38.126, datados de 03.11.2011 e de 27.04.2012, além de suas consequências, a exemplo da portaria nº 1.955 de 03.10.2012, em razão de violação aos incisos XVII e XVIII da Constituição Federal" (fls. 21/22), o que demonstra, uma vez mais, a intenção de buscar única e exclusivamente a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos invocados, sem qualquer lide concreta a ser decidida pelo Poder Judiciário.

- Com efeito, agiu com acerto o magistrado de primeiro grau, porquanto a pretensão do apelante reveste-se de nítido caráter de controle abstrato de constitucionalidade, adstrito este às ações de controle de constitucionalidade, cuja competência originária é atribuída ao Supremo Tribunal Federal ou ao Tribunal de Justiça, conforme o caso.

(...)

- Ante todo o exposto, como a sentença recorrida está em consonância com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **NEGO SEGUIMENTO** ao apelo, o que o faço com arrimo no art. 557, *caput*, do CPC, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco."

- Por unanimidade, negou-se provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, mantendo-se a decisão terminativa concedida no bojo da apelação nº 0304034-8.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos Recurso de Agravo em Apelação nº 0304034-8, em que figura como recorrente a AMERRPE - Associação dos Militares Estaduais da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas PM/BM do Estado de Pernambuco e como recorrido o Estado de Pernambuco,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em negar provimento ao Recurso de Agravo, nos termos do voto do Relator.

Recife, de de 2013.


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

183

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0189274-15.2012.8.17.0001 (0304034-8)

Recorrente: AMERRPE – Associação dos Militares Estaduais da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas PM/BM do Estado de Pernambuco

Recorrido: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo, com pedido de reconsideração, interposto pela AMERRPE – Associação dos Militares Estaduais da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas PM/BM do Estado de Pernambuco em face de decisão terminativa (fls. 156/158) desta Relatoria, que negou seguimento ao recurso de apelação, sob o fundamento de que a pretensão da parte autora revestia-se de caráter de controle abstrato de inconstitucionalidade, o que é incabível via ação ordinária.

Em síntese, alega a recorrente (fls. 162/174), que, no caso em análise, busca a realização de controle incidental de inconstitucionalidade, sendo este exercido por qualquer órgão do Poder Judiciário. Assim, afirma ser possível realizar a apreciação de inconstitucionalidade do Decreto Estadual nº 37.355/2011, em sua redação dada pelo Decreto Estadual nº 38.462/2012, pois afronta a liberdade de associação prevista no art. 5º da Constituição Federal, principalmente em relação à vedação de dissolução ou suspensão das atividades associativas sem manifestação do Poder Judiciário.

Pugna, ao fim, pela reconsideração da decisão agravada ou a submissão do feito para julgamento perante o órgão colegiado.

VOTO

Não assiste razão à recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante do presente *decisum* (fls. 156/158):

XX

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível nº 0304034-8.

É como voto.

Recife,

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator